

ATA NÚMERO 215/XII (4.ª)

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de 2015, pelas 09 horas e 50 minutos, reuniu a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, na Sala 3 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

09:30 HORAS

1. Tratamento de assuntos relativos ao Estatuto dos Deputados:
 - a) Apreciação do parecer sobre o regime de incompatibilidades ou impedimentos solicitado pelo Deputado Jorge Rodrigues Pereira (PS):

Relator: Deputado Pedro Delgado Alves (PS);

- b) Apreciação do regime relativo a imunidades e impedimentos, para a presença de Deputado(a) na qualidade de Demandado(a) nos casos dos Julgados de Paz:

Relator: Deputado Sérgio Azevedo (PSD);

2. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, propondo a realização de audições no âmbito da discussão do projeto de lei n.º 506/XII (3.ª) - Regula a promoção da transparência da propriedade e da gestão das entidades que prosseguem atividades de comunicação social.
3. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS para que a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação promova uma visita aos acervos museológicos, documentais e arquivísticos existentes nas instalações do extinto Gabinete para os Meios de Comunicação Social e aos diferentes espaços do Arquivo da Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros.
4. Apreciação e votação das Atas n.ºs 213 e 214.

10:00 HORAS:

Audição da Entidade Reguladora para a Comunicação Social no âmbito da apreciação do projeto de lei n.º 506/XII (3.ª) - Regula a promoção da transparência da propriedade e da gestão das entidades que prosseguem atividades de comunicação social.

11:30 HORAS:

Audiência com a Confederação Portuguesa dos Meios de Comunicação Social no âmbito da apreciação do projeto de lei n.º 506/XII (3.ª) - Regula a promoção da transparência da propriedade e da gestão das entidades que prosseguem atividades de comunicação social.

—

Por acordo entre todos os Grupos Parlamentares, o Senhor Presidente da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, Deputado Pedro Lynce, invertendo os pontos constantes da Ordem do Dia, deu início à audição da Entidade Reguladora para a Comunicação Social, que se fez representar pelo seu Presidente, Carlos Magno, a quem foi dada a palavra para fazer uma intervenção inicial.

O Presidente da ERC começou por referir que tinha vindo à audição mais para ouvir do que falar, que não tinha uma posição oficial sobre a matéria e que a ERC daria parecer sobre o diploma em análise quando este chegasse à sua fase final; que era necessário regular bem a transparência do sector e a economia dos meios e que seria extremamente importante ouvir o Presidente da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários acerca desta questão.

Disse também que o membro da ERC Raquel Alexandra estava a supervisionar um estudo sobre «Pluralismo, propriedade e transparência dos *media*», que estaria pronto muito em breve para ser discutido com todos os parceiros do sector; que a ERC considerava este assunto delicado, estruturante e fundamental, sobretudo depois de ter concluído e aprovado um estudo sobre a «Caracterização dos principais grupos económicos da comunicação social», da autoria do Prof. Doutor Guilherme W. d'Oliveira Martins, em que se chama a atenção para a fragilidade do sector, a

crise dos órgãos de comunicação social e aquilo que se torna necessário fazer, independentemente das medidas e das receitas que se possam aplicar.

Sublinhou que espera que o Parlamento consiga chegar a um consenso acerca desta matéria e perceber a crise que vive este sector.

Registou o enorme apetite dos grupos de comunicação estrangeiros pelo espaço da língua portuguesa, o que considerava deveras preocupante, e chamou também a atenção para o relatório elaborado pela Roland Berger, mais concretamente pelo Dr. António Bernardo, que descreve de uma forma dramática o futuro imediato do sistema mediático português.

Para concluir afirmou que seria bom que na legislação que o Parlamento vai elaborar se tivesse em atenção que os órgãos de comunicação social têm que ter uma gestão moderna, eficaz, tendo em conta o seu passado, o seu passivo e, ao mesmo tempo, a transição para novas plataformas e novos modelos de negócio.

Para colocar questões intervieram os Senhores Deputados Maria da Conceição Caldeira (PSD), Inês de Medeiros (PS), Raúl de Almeida (CDS-PP), João Ramos (PCP) e Cecília Honório (BE), às quais o Presidente da ERC respondeu no final de cada intervenção.

A audição terminou às 11 horas, foi integralmente gravada em suporte vídeo e encontra-se disponível em http://media.parlamento.pt/videos-canal/XII/SL4/02_com/12_cpecc/20150225cpecc_erc.wmv, razão pela qual não se procede ao seu desenvolvimento nesta sede.

Concluída a audição, o Senhor Presidente da Comissão deu início à apreciação da primeira parte do primeiro ponto da Ordem do Dia, dando a palavra ao Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS).

Foram tratados assuntos relativos ao Estatuto dos Deputados.

Uma vez submetido à votação, o parecer sobre o regime de incompatibilidades ou impedimentos solicitado pelo Deputado Jorge Rodrigues Pereira foi aprovado por unanimidade.

Entrando na segunda parte do primeiro ponto da Ordem do Dia, o Senhor Deputado Sérgio Azevedo (PSD) fez a apresentação do parecer acerca do regime relativo a imunidades e

impedimentos, para a presença de Deputado(a) na qualidade de Demandado(a) nos casos dos Julgados de Paz, que, uma vez submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

De seguida, o Senhor Presidente da Comissão submeteu à votação o segundo ponto da Ordem do Dia, ou seja, o requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS propondo a audição da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) e do Prof. Dr. Miguel Prata Roque, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, no âmbito da discussão do projeto de lei n.º 506/XII (3.ª) — Regula a promoção da transparência da propriedade e da gestão das entidades que prosseguem atividades de comunicação social —, que, uma vez submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, tendo-se registado a ausência do Grupo Parlamentar do BE.

No âmbito do terceiro ponto da Ordem do Dia, foi também apreciado o requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS para que a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação promova uma visita aos acervos museológicos, documentais e arquivísticos existentes nas instalações do extinto Gabinete para os Meios de Comunicação Social e aos diferentes espaços do Arquivo da Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros.

A Senhora Deputada Inês de Medeiros (PS) referiu-se à extinção do Gabinete para os Meios de Comunicação Social (GMCS), instalado no Palácio Foz, e à importância do seu espólio, designadamente a cobertura jornalística das eleições desde 1975 e a base de dados ligada à investigação académica. Recordou que, após essa extinção, todo esse espólio passará para a Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros, importando salvaguardar que essa transferência não signifique a perda ou a limitação do acesso do público em geral e dos investigadores.

Concluiu afirmando que o Grupo Parlamentar do PS propõe a visita da 12.ª Comissão a essas instalações para que os Deputados possam conhecer o acervo que se encontra aí depositado, bem como toda a história mediática e política do País.

Submetido à votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, tendo-se registado a ausência do Grupo Parlamentar do BE.

Relativamente ao quarto ponto da Ordem do Dia, foram aprovadas por unanimidade as Atas n.ºs 213 e 214, tendo-se registado a ausência do Grupo Parlamentar do BE.

A reunião foi integralmente gravada em suporte áudio e encontra-se disponível em http://media.parlamento.pt/site/XIILEG/4SL/COM/12-CpECC/CpECC_20150225_3.mp3, razão pela qual não se procede ao seu desenvolvimento nesta sede.

Dando início à audiência, o Senhor Presidente da Comissão deu as boas vindas aos membros da Confederação Portuguesa dos Meios de Comunicação Social, José Faustino, Presidente e representante da Associação Portuguesa de Radiodifusão, Pedro Jorge Braumann, representante da RTP, e Adriano Callé Lucas, representante da Associação da Imprensa Diária.

O Presidente da Confederação Portuguesa dos Meios de Comunicação Social sublinhou não ver necessidade de se elaborar mais um diploma avulso específico para regular a transparência da propriedade e da gestão das entidades que prosseguem atividades de comunicação social, dado que a matéria já se encontra inscrita na Constituição da República Portuguesa e nas Leis da Rádio e da Televisão; que o projeto de lei apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS pretende igualar tudo, desde o operador de um canal nacional até ao pequeno jornal, independentemente da sua dimensão empresarial e cobertura, o que poderia criar enormes desproporções. Referiu igualmente que também passaria a existir uma imensa responsabilidade burocrática, intolerável para as pequenas rádios e jornais, uma série de medidas danosas para os pequenos operadores, com receitas equivalentes a uma cafetaria de bar mas com exigências de uma multinacional e que esses vão ser de facto os grandes prejudicados.

Defendeu que as coimas a aplicar aos *media* que não disponibilizem informação devem ser diferenciadas, proporcionais ao volume de negócios de cada entidade; que não seria justo definir coimas iguais para todas as empresas sem se ter em conta a sua dimensão.

Relativamente ao digital, referiu que este não trazia nada de novo, que o que mudava era o meio de distribuição e que se perdia muito dinheiro com os investimentos na Internet.

Concluindo a sua intervenção disse que a Confederação Portuguesa dos Meios de Comunicação Social considerava desnecessária a iniciativa do PS de obrigar à revelação de toda a estrutura acionista das empresas de *media* e que também era contra a intenção do Governo de tornar público os seus credores e financiadores, designadamente os anunciantes. Defendeu que muito mais importante que a questão da titularidade, era saber como se articula a ação dos órgãos de comunicação social com as empresas de telecomunicações.



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Para colocar questões intervieram os Senhores Deputados Rosa Arezes (PSD), Inês de Medeiros (PS), Raúl de Almeida (CDS-PP) e João Ramos (PCP), tendo o Presidente da Confederação Portuguesa dos Meios de Comunicação Social, bem como Pedro Jorge Braumann e Adriano Callé Lucas, respondido no final de cada uma das intervenções dos Deputados.

A audiência foi integralmente gravada em suporte vídeo e encontra-se disponível em http://media.parlamento.pt/videos-canal/XII/SL4/02_com/12_cpecc/20150225cpecc_cpmcs.wmv, razão pela qual não se procede ao seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12 horas e 50 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 25 de fevereiro de 2015

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(PEDRO LYNCE)

—
Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Agostinho Santa

André Pardal

Cecília Honório

Inês de Medeiros

João Ramos

Maria da Conceição Caldeira

Paula Gonçalves



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Paulo Almeida
Pedro Delgado Alves
Pedro Lynce
Raúl de Almeida
Rosa Arezes
Sandra Pontedeira
Sérgio Azevedo
Adelaide Canastro
Jorge Machado

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Clara Marques Mendes
Joana Barata Lopes
João Portugal
Lídia Bulcão

Estiveram ausentes em trabalho parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Oneto
Jacinto Serrão
Mónica Ferro

A presente ata foi aprovada em reunião da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, realizada no dia 18/03/2015.